

Teixeira, José, 2001, "Referente/Significado: O erro de Saussure", in *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 4-1/2-2000, Faculdade de Filosofia da U.C.P., Braga. pp 125-146 (ISSN 0874-0321)

José Teixeira
Universidade do Minho
jsteixeira@ilch.uminho.pt

REFERENTE/SIGNIFICADO: O ERRO DE SAUSSURE

O signo linguístico une não uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica. (Saussure, 1978:122)

1. Saussure e a poda dos referentes

Saussure ao pretender podar a língua de tudo aquilo que a pudesse impedir de se constituir em objecto de uma nova ciência, de tanto querer limpar, talvez tenha cortado ramos a mais. E um dos que cortou, e que alguns continuadores estruturalistas acabaram por queimar, foi o referente.

Para Saussure, o verdadeiramente linguístico tem que ser imaterial. Portanto, tudo o que envolva qualquer aspecto da realidade, terá que ficar de fora da Linguística. Esta será uma ciência de valores, no sentido imaterial do termo. Melhor: uma ciência de relações entre valores.

Ora, para Saussure, os valores são independentes dos objectos materiais que os suportam. Os exemplos do jogo de xadrez e das moedas, tão frequentemente utilizados pelo célebre linguista, relembram a cada passo a sua eleição da imaterialidade da língua.

O erro de Saussure está, a nosso ver, não no desconhecimento da importância da relação referente-significado, mas no querer construir a Linguística pondo de fora esta primeira relação e privilegiando em exclusivo a relação significado-significante, desatando aquele de todos os laços que obrigatoriamente o ligam ao real.

Não é lícito, assim, dizer que para Saussure a relação referente-significado não tem nada a ver com a língua; não tem nada a ver é com a Linguística que Saussure quer construir. É que Saussure aceita a importância de tudo aquilo que pré-existe, produz ou modifica o significado: não o considera é como devendo fazer parte da sua Linguística.

E é este "erro" que o leva várias vezes a entrar em contradição consigo mesmo ao conceber uma língua como uma pura rede de relações opositivas e negativas, já que a importância da relação referente-significado perpassa muitas vezes pelas páginas do *Curso*.

Aliás, é mesmo espantoso que na definição de signo que apresenta, logo nos primeiros parágrafos do capítulo primeiro, Saussure considere como condição *sine qua non* para a existência do signo linguístico a conformidade, atribuída pela comunidade falante, com a **realidade** (é este mesmo o equivalente que aparece):

O signo linguístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces [...]. Estes dois elementos estão intimamente unidos e postulam-se um ao outro. [...] é evidente que só as aproximações [*entre significado e significante*] consagradas pela língua nos aparecem conformes à realidade e, por isso, afastamos qualquer outra que se pudesse imaginar. (Saussure, 1978:123)

Afinal, para Saussure a conformidade com a **realidade** é o pré-suposto em que assenta a natureza psíquica do signo, natureza esta que ele constantemente lembra!

Ao dizer que a língua é o sistema que mais **incorpora as vivências** da comunidade, Saussure mais não está do que a reconhecer que as modificações sígnicas provêm de modificações da realidade mundo-falantes. Não se pode ser mais directo para dizer que há uma profunda relação entre a realidade dos referentes perspectivada pelos falantes e a realidade linguística:

A língua — e esta consideração sobrepõe-se a todas as outras — é em cada momento algo que interessa a toda a gente. [...] recebe constantemente a participação de cada um e, por isso, a cada momento, sofre influências de todos. [...] Ela incorpora a vida da comunidade. (Saussure, 1978:133)

Podemos, e devemos mesmo, entender que para o inspirador do *Curso* esta relação existencial, vivencial (e, por que não?, cognitiva) que a comunidade mantém com a língua que usa é o verdadeiro motor de toda a actividade transformadora das línguas. Ou seja: a língua como puro sistema de valores imateriais é apenas uma abstracção para um formalismo linguístico, porque as verdadeiras línguas são **arrastadas** (como aparece no *Curso*) pelas experiências dos homens. É isto que o próprio Saussure diz quando compara uma língua criada artificialmente com uma língua natural:

O homem que pretendesse criar uma língua imutável, que a posteridade devesse aceitar sem alterações, seria como a galinha que choca um ovo de pata: a língua

criada por ele seria arrastada, apesar de tudo, na corrente que arrasta todas as línguas. (Saussure, 1978:137)

Saussure, por conseguinte, não ignora que a língua incorpora tudo aquilo que resulta das relações que o homem estabelece com o mundo em que se insere; não ignora que isso é a maior força a que as línguas estão sujeitas ("uma corrente que tudo arrasta", como afirma). Ignorar isto não foi erro que o inspirador do *Curso* tenha cometido. O seu erro foi o de querer uma Linguística que só começasse onde esta "corrente arrasadora" termina. Que só começasse a partir da imaterialidade negativamente opositiva do significado. E se ele não tentou, os seguidores do estruturalismo tentaram-no. E conseguiram bons resultados, mas não os suficientes para levarem a Semântica a atingir o seu verdadeiro objectivo: compreender (tentar...) o processo de significação, mas ... na sua **totalidade**.

Com efeito, as concepções saussureanas sobre a noção de valor linguístico levaram a que a língua fosse, no estruturalismo, encarada como um valor para-material, tornando-se o objecto da Linguística uma realidade puramente formal, situada para além de qualquer elemento sensitivamente tangível. Por fora desta pura rede de formas, de "valores", situava-se tudo o que, embora indirectamente ligado à língua, se designava por "extra-linguístico". Hjelmslev, ao separar, quer dentro da "expressão", quer dentro do "conteúdo", *forma* e *substância*, vai refinar a dualidade saussureana, deixando para a sua Glossemática o estudo das relações puramente formais independentes dos elementos tangíveis que lhes servem de suporte. A Linguística torna-se, assim, uma ciência não só para-material, mas mesmo anti-material.

Uns mais, outros menos, todos os estruturalistas entendiam o fenómeno linguístico como começando apenas para além da realidade sensível, quer do homem que utiliza a língua, quer do mundo que essa língua abarca e refere. E como as dicotomias faziam escola, distinguia-se (queria distinguir-se) perfeitamente o linguístico do extra-linguístico.

As concepções cognitivas, inserindo o homem com todas as suas actividades cognoscitivas enquanto ser que medeia entre a realidade que procura expressar e a língua de que se serve exactamente para a expressar, romperam o equilíbrio dual até aí inquestionado.

Na curiosa expressão de Georges Kleiber, o "comércio linguístico"¹ implica não apenas algo que se diz mas também algo sobre o qual qualquer coisa é dita. E a questão que se coloca é a de saber se este "algo sobre o qual qualquer coisa é dita", o referente, também deve ou pode parcialmente fazer parte da análise linguística.

¹ Kleiber 1997:9.

2. Referente e realidade

Santo Anselmo, "provava" a existência de Deus afirmando que se a ideia de Deus existe e nós nos podemos referir a ela, então é sinal que Deus também existe, na medida em que quando há uma referência tem que existir algo que é a realidade existente correspondente a essa referência.

Este argumento representa, talvez, uma das querelas mais antigas, mas, a nosso ver, mais relativas à Semântica do que à Teologia.

Na realidade, o que subjaz à questão é isto: que relação existe entre referência e existência, ou em que medida a referencialidade envolve o sentido, o referente e a realidade?

Searle, nos seus já clássicos *Speech Acts*², afirma que tudo aquilo a que nos podemos referir deve existir. Isto é incontroverso. Mas a questão essencial é: que tipo(s) de existência detém tudo aquilo a que a linguagem se refere? Aliás, a pergunta assim formulada passa por cima de uma questão prioritária, que é a de saber se existe uma realidade extra-linguística. No entanto, esta questão parece ao nosso senso comum tão absurda que para ela não vemos outra resposta que não seja a de que existe um mundo real, exterior ao homem e à língua, mundo esse que a mesma língua nomeia. A parábola bíblica do Génesis em que Adão (que em hebraico significa "o homem") dá nome aos animais³ é uma das mais antigas teorias sobre a língua como a nominalização da realidade que de si é intrinsecamente extra-linguística. Note-se que na parábola, Deus fez tudo, mas não deu nome às coisas: quem atribuiu os nomes foi o homem. Ou seja, o universo é uma realidade exterior ao homem, mas é o próprio homem que é responsável pela nomeação linguística da realidade. A parábola da torre de Babel confirma esta visão intrinsecamente humana das línguas.

Esta visão que concebe o mundo que a língua nomeia como uma realidade completamente extra-linguística é a clássica posição objectivista. Segundo ela, baseada num realismo a que se costuma chamar "ingénuo", os referentes são as realidades de tudo aquilo que envolve o homem e que este conhece. Esta realidade, para ser referida, só o pode ser através da linguagem, a qual faz a denominação dos elementos que compõem a referida realidade. Uma palavra, por conseguinte, representa, denomina, é o nome que uma língua atribui a uma porção determinada da realidade.

Esta concepção tende a entender como referente apenas o referente objectual: os referentes linguísticos são os objectos, as coisas que existem no mundo

² 1969, Cambridge University Press, Londres e Nova Iorque.

³ "Então, o Senhor Deus, após ter formado da terra todos os animais dos campos e todas as aves dos céus, conduziu-os até junto do homem, a fim de verificar como ele os chamaria, para que todos os seres vivos fossem conhecidos pelos nomes que o homem lhes desse. O homem designou com nomes todos os animais domésticos, todas as aves dos céus e todos os animais ferozes." *Génesis* 2, 19-20. (*Bíblia Sagrada*, Difusora Bíblica, 7ª Ed., Lisboa)

real. E, por isso, encontra logo uma grande dificuldade — as entidades que a língua refere e que não existem no mundo real: as sereias, o Adamastor, as personagens ficcionais, etc. E no entanto, estas entidades também têm que ser consideradas referentes linguísticos. Isto implica, obviamente, que se tem de considerar como referente linguístico não apenas o referente fisicamente observável, mas toda a entidade, física ou não, existente ou não para a qual a semanticidade linguística aponta.

3. A modelização do real

Não podemos defender a ideia que o mundo real é tal qual nós o conhecemos, porque todo o conhecimento é sempre o conhecimento a partir de um sujeito que conhece. Ora o resultado deste processo vai depender em grande parte dos mecanismos cognitivos desse mesmo sujeito-conhecedor.

Tomemos o exemplo das cores⁴. Sabemos que a cor não é qualquer coisa que os objectos possuem, mas existe pelo facto de o cérebro humano atribuir uma determinada descodificação em função da frequência electromagnética da luz que os objectos iluminados emitem. Mas também sabemos que o nosso cérebro não descodifica a totalidade do espectro, mas apenas uma faixa que vai do vermelho ao violeta. Por conseguinte, as "cores" que estão abaixo do vermelho ou acima do violeta não podem ser vistas pelo ser humano. Podemos, por hipótese, imaginar extra-terrestres sensíveis às outras frequências, que vissem outras cores que nós nem imaginamos como são. Naturalmente que, para eles, o mundo se apresentaria muito diferente. E cada um veria coisas diferentes olhando para a mesma realidade.

Todo o conhecimento que nós temos do mundo é **o nosso** conhecimento. É assim porque nós, humanos, temos um corpo sensível a determinadas facetas da realidade, mas não a outras. Basta imaginarmos que os seres humanos eram como as toupeiras, que não viam. A nossa concepção do mundo seria radicalmente diferente. E também éramos capazes de dizer que conhecíamos o mundo tal como ele é, já que nem imaginaríamos o que era "ver". Reparemos que os nossos sentidos não são sensíveis à esmagadora maioria das radiações que vagueiam pelo universo e que são a nossa fonte primordial de conhecimento dessas áreas. Esse conhecimento só se torna possível quando nós, através de máquinas, "traduzimos" para os nossos sentidos (em sons, sinais gráficos ou outros) esses sinais (radiações) que os nossos órgãos sensoriais não captam e portanto também não descodificam.

Para haver conhecimento, tem que haver um conhecedor e, portanto, todo o conhecimento é sempre perspectivado relativamente a um ponto de vista. Não pode

⁴ Ver, a este propósito, a *Vantage Theory* de MacLaury (1.6).

haver conhecimento que não implique a visão a partir de **uma** parte. A visão de nenhuma parte, a visão sem ponto de vista é impossível.

Esta é a essência de qualquer língua: uma língua também incorpora **uma visão** da realidade. Cada língua não se limita a pôr nomes às coisas do mundo real, mas ajuda a configurar a própria realidade que refere. Cada língua articula de forma diversa a realidade que expressa. É esta a verdadeira arbitrariedade presente nos sistemas linguísticos: a de dividirem, configurarem e conceptualizarem de uma forma própria o continuum da realidade que referem. Se assim não fosse, as línguas seriam simples nomenclaturas. Saussure, quando insistia no carácter arbitrário da língua, queria referir precisamente esta faceta e não apenas a simples relação entre o significante e o significado. Por isso é que dizia que a verdadeira arbitrariedade domina toda a linguística da língua, embora tal facto não seja evidente a uma primeira abordagem.⁵

Este mesmo facto, o de as línguas configurarem e conceptualizarem de uma forma (parcialmente) autónoma a realidade, prova também que a visão que temos do mundo não é puramente individual nem completamente diferenciada da visão que outros seres humanos têm. Os modelos cognitivos e referenciais que as línguas usam indiciam que na configuração e apreensão cognitiva da realidade não domina o puramente arbitrário. Se assim fosse, não haveria referencialidade possível, já que não existiriam modelos-base de referência.

Estes modelos-base, fornecidos pela interacção conhecimento-língua, permitem que a subjectividade dos actos cognitivos seja guiada e não resulte num conjunto caótico de informação. E como os modelos linguísticos são partilhados pelos falantes de uma língua, eles possibilitam uma certa estabilidade intersubjectiva que, em mecanismo de *feed-back*, reforça a estabilidade do modelo.

Esta estabilidade intersubjectiva é tanto maior quanto mais objectivo puder ser o conhecimento. Assim, naturalmente, ela é maior relativamente a conteúdos como *cadeira, mesa, maçã*, mas menor noutros como *mãe, amor, liberdade*.

Esta constante interacção do homem com a língua, a realidade experienciada e os seus mecanismos cognitivo-conceptuais, talvez possa ser representada num esquema como o seguinte:

⁵ Para medir melhor a importância que Saussure atribui à arbitrariedade inter-sígnica e não apenas intra-sígnica e como ele pretendia estruturar toda a análise linguística a partir desta característica das línguas (facto que os organizadores do *Curso de Linguística Geral* não perceberam), ver Teixeira, 1992, "O carácter não-axiomático das antinomias saussureanas", in *Diacrítica*, nº7 (1992), 295-312.

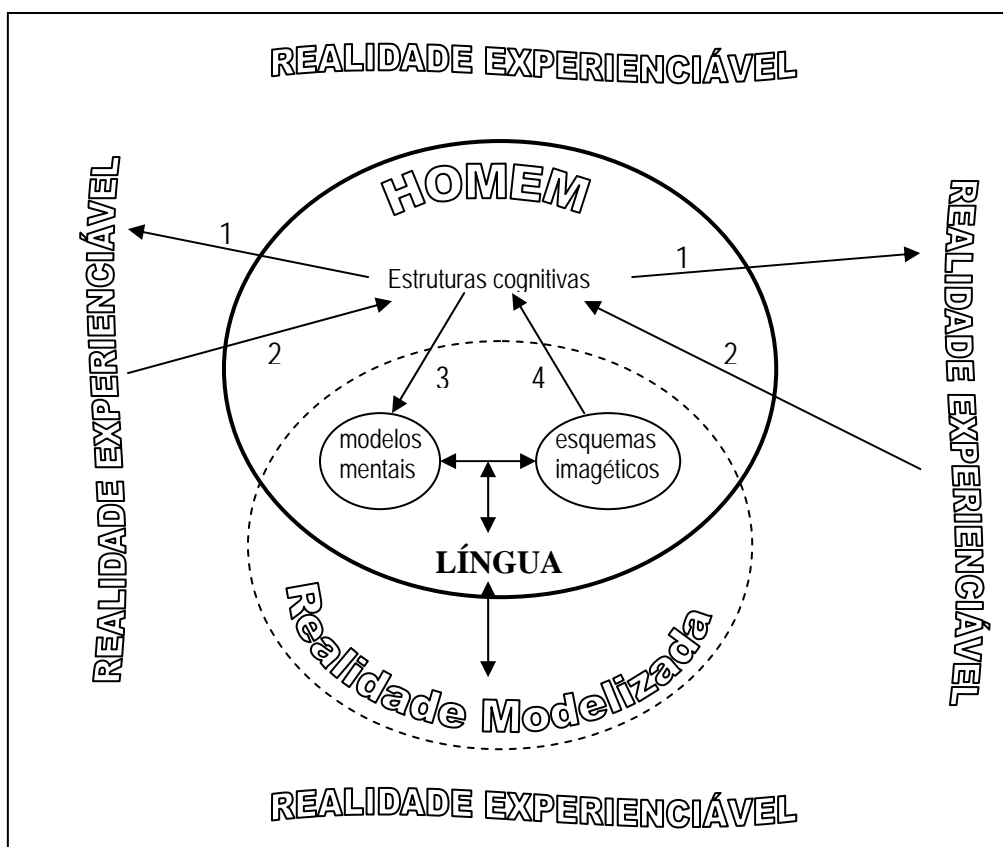


Figura 1

A realidade experienciável tem correspondência, necessariamente, na realidade modelizada. É a partir daquela que esta se pode construir. No entanto, a segunda não é uma espécie de imagem espelhada da primeira. Antes de mais, porque o processo não se baseia exclusivamente no aspecto visual: os nossos conceitos que abarcam os seres imaginários como *gambozino*, os sentimentos ou os conceitos abstractos como *felicidade*, *tranquilidade*, *liberdade*, etc., são constituídos a partir do mundo real, mas não na sua essência pela experiência visual. Compreende-se, portanto, que toda a realidade que as nossas estruturas cognitivas transformam em modelo(s), a realidade modelizada, é constituída pelos ditos modelos mentais que procuram evocar, referir e processar (no sentido computacional do termo) o caos da realidade, mapeada pelas nossas estruturas cognitivas. Estas desempenham o seu papel voltando-se para a realidade experienciável (no esquema, este movimento está assinalado com 1) e recebendo desta (2) estímulos que são processados pelas mesmas estruturas cognitivas. O resultado deste processo (3) são modelos mentais que a língua maneja e que constituem a maneira humana de modelizar a realidade. Estes modelos mentais organizam-se em esquemas imagéticos que reforçam as estruturas cognitivas (4) para uma nova sensorização da realidade experienciável (1). Assim, o processo torna-se

recursivo, o que possibilita o aumento progressivo do seu poder de secanarização⁶ da realidade.

A realidade experienciável é infinita (e por isso no esquema aparece em aberto) não apenas porque é constituída por tudo o que existe, mas igualmente porque cada parcela pode variar até ao infinito conforme o ângulo de exploração que os nossos mecanismos cognitivos dela fazem. A realidade modelizada é finita, constituída pelos nossos esquemas imagéticos e modelos mentais que compõem e resultam do processamento linguístico-cognitivo. No entanto, as suas fronteiras nunca são definitivas (e por isso, no esquema, aparecem a tracejado). Podem expandir-se continuamente, já que cada novo acto cognitivo pode aumentar essa mesma realidade modelizada, ou, como também se diz, o nosso conhecimento do mundo.

É este, verdadeiramente, o caldo que resulta da interacção língua-actividade cognitiva e que simultaneamente é fonte que subjaz a todas as novas conceptualizações. E é este caldo cognitivo que para os falantes de uma língua é a verdadeira realidade. Ou seja, o falante acredita que o mundo é assim, tal como ele o percebe, acredita que os seus conhecimentos reflectem uma realidade objectiva e acredita também que as percepções dos outros falantes são muito idênticas à sua. É isto que permite falar na estabilidade intersubjectiva. É que mesmo quando se quer negar que a realidade existe como se apresenta, nega-se qualquer coisa que é tida como **a realidade**. É tendo por base esta crença sobre a realidade que são construídas as línguas que falamos.

E a partir daqui, para o âmbito do linguístico, não é importante saber como é o mundo real, ou mesmo se é possível qualquer conhecimento sobre o mundo que o reflecta na sua verdade independentemente do ponto de vista do observador. Não é isso que a língua maneja, mas apenas o mundo modelizado que os falantes intersubjectivamente partilham.

Não se pode, no entanto, cair no erro, como fazem determinadas teorias construtivistas, de considerar que o mundo linguístico é um mundo fechado em si mesmo, e que qualquer referência da língua não tem nada a ver com a realidade extra-linguística, mas apenas com um universo construído que a língua maneja.⁷ A referencialidade linguística equivaleria apenas a uma referencialidade interna, o que

⁶ *Secanarização* (de *scanner*): embora este termo, ao que sabemos, não se encontre dicionarizado, ele representa muito bem o processo referido. É que o processo cognitivo não "fotografa" ou "retrata" apenas a realidade. Tal como num *scanner* ligado a um computador, obtém-se uma imagem que pode ser decomposta e analisada em elementos tão discretos quanto quisermos e que possibilitam todas as combinações ulteriores desejadas - o que não é possível num simples retrato ou fotografia. Além disso, mesmo etimologicamente, em inglês *to scan* correspondente ao português *escandir*, significa (*Dicionário Português-Inglês* de Armando de Moraes, Porto Editora) *analisar, decompor, esquadriñar, perscrutar, examinar minuciosamente* o que constitui a verdadeira base do processo cognitivo.

⁷ Ver J. C. Anscombre, 1996, *Théories et méthodes en sémantique française*, Université de Paris VIII e P. Attal, 1994, *Questions de sémantique. Une approche comportementaliste du langage*, Louvain/Paris, Éditions Peeters.

seria um absurdo, na medida em que se teria que admitir que a língua referia a própria língua e que qualquer signo só representaria um outro signo.

Ainda que se creia que a realidade modelizada através dos nossos mecanismos cognitivos não espelha perfeitamente o extra-linguístico, tem sempre que se admitir que aquela é sempre construída a partir deste que pretende retratar, referir e compreender.

É, portanto, perfeitamente compatível aceitar que a linguagem entra no processo de modelização da realidade, ou seja, que a linguagem ajuda a construir um conjunto de modelos que traduzem uma realidade que sabemos existente, aceitando simultaneamente que o produto dessa modelização não se restringe ao linguístico, mas que é qualquer coisa que faz a ponte entre a língua e uma realidade a ela exterior.

Vê-se, assim, que, embora distintos, é impossível separar completamente o sentido e a referência. Por isso Kleiber (1997:20) admite

la nécessité de postuler que le sens est, au moins partiellement, tourné vers la référence, autrement dit, doit être décrit en des termes qui préparent ou prédisent la référence.

Kleiber distingue dois grupos que representam duas tendências na relação sentido-referente: o paradigma do sentido referencial (*sens référentiel*) e o paradigma do sentido arreferencial (*sens aréférentiel*), partilhado por aqueles que preferem um sentido que paire para além de, e sem contacto com, a realidade referencial.

Kleiber defende que esta última posição é insustentável e que o verdadeiro paradigma terá que ser o do sentido referencial. Segundo a sua própria definição,

La dénomination de sens référentiel est une étiquette commode pour rendre compte des conceptions sémantiques qui postulent que le sens d'une expression linguistique est constitué par des traits auxquels doit satisfaire une entité pour être désignée par cette expression linguistique, c'est-à-dire pour être son référent. (Kleiber 1997:21).

Defender um sentido referencial, não significa defender que as expressões linguísticas mantêm uma relação directa com a realidade referenciada, mas apenas que há aspectos dessa mesma realidade cognitivamente importantes para o estabelecimento daquilo que se chama o "sentido". Por outras palavras, o processo de referência aparece em simbiose com o processo semântico.

Ora se a língua aparece imbricada com a realidade que designa e esta é percebida como mantendo uma relativa estabilidade, defender um sentido referencial acarreta defender que cada unidade de sentido possui determinadas invariantes que funcionam como a parte "estável" do significado.

Precisamente por isso, quem se opõe ao sentido referencial ataca a estabilidade do sentido linguístico, ou negando a possibilidade de haver identidade de sentido para além de cada indivíduo ou defendendo que todo o sentido é construído no próprio acto de comunicação.

É evidente que posições extremas como as de P. Bange que defende que nunca se pode ter a certeza daquilo que cada locutor pretende dizer com aquilo que diz⁸ são absurdas, já que a não se admitir uma plataforma comum de entendimento, nada poderia ser compreendido por ninguém, nem sequer a própria teoria deste isolacionismo semântico.

Uma posição mais moderada será a de não negar a possibilidade da comunicação, mas negar a tal plataforma comum como pré-existente ao acto da comunicação. O sentido seria, assim, totalmente gerado no próprio acto de comunicar: uma espécie de "negócio" entre os interlocutores e a Semântica não seria mais que um enorme buraco vazio, como se depreende do título de um artigo de D. Kayser, um adepto deste construtivismo semântico radical: "Une sémantique qui n'a pas de sens"⁹

Esta perspectiva não será menos radical que a anterior e vai contra toda a intuição linguística que os falantes possuem. O próprio acto de falar já pressupõe que qualquer dos intervenientes acredita que há mecanismos formais e realidades substantivas da comunicação que são entendidas como idênticas por quem partilha um acto linguístico. Sem elementos estáveis, sem denominadores semânticos comuns, nada poderia ser construído. Nada se constrói a partir de nada.

A atitude mais frequente, dentro da história da Semântica, contudo, não tem sido a das radicalizações atrás apontadas, mas, na linha de Saussure, aceitar que há uma parte do sentido que é estável e convencional, só que desligada do referente. Este deverá ficar totalmente fora do processo linguístico, que só a partir dele, referente, começa.

Esta atitude metodológica, louvável nos seus propósitos de erigir uma Linguística depurada da variabilidade de tudo o que fosse "parole", foi, porém, sobretudo intencional. A força que queria varrer o referente era contrariada por vários ventos que, sem o darem a entender, traziam de volta o que se julgava já varrido.

O que é a análise sémica senão a ilustração disto mesmo? Os semas não são mais do que os aspectos do referente que as análises de carácter estruturalista recortavam. A descrição sémica de uma unidade é uma descrição das particularidades mais prototípicas de uma **coisa**, descrição essa que no conjunto de elementos detectados (semema) vai corresponder ao respectivo significado.

⁸ P. Bang, 1992:147 (*Analyse conversationnelle et théorie de l'action*, Hatier, Paris)

⁹ D. Kayser, 1987, "Une sémantique qui n'a pas de sens", *Langages* 87.

E dizer que o significado não tem nada de material, mas é uma entidade puramente psíquica, também não é argumento definitivo: o que é a referência senão também uma actividade psíquica?

Aliás, o estruturalismo nunca definiu semanticamente as unidades de acordo com os princípios que defendia, ou seja como entidades opositivas e negativas. A Semântica estruturalista, que pretendeu imitar a Fonologia, não a imitou no processo descritivo e de detecção das unidades. É que, semanticamente, uma unidade completamente desligada do seu processo de referência não existe. A sua oposicionalidade negativa só é possível se for construída sobre a sua referencialidade necessariamente positiva. E por isso é que mesmo negando-o, o estruturalismo recorre aos vectores de referencialidade das unidades para as descrever semanticamente como unidades simultaneamente positivas e opositivas. As teorias estruturalistas preocupavam-se apenas em organizar os semas/ sentidos; pegavam na unidade semântica e estabeleciam oposições a partir de elementos considerados mínimos (semas) que não queriam saber como é que tinham surgido. Por isso mesmo é que se podiam dar ao luxo de "ignorar" o referente e todo o processo de referência, já que só se questionavam para lá do processamento sémico.

Conclui-se, do que ficou dito, que uma teoria semântica que queira ser também uma teoria sobre todo o processo da produção do sentido tem que englobar a relação significado-referente. Distanciando-se definitivamente do referente, qualquer teoria encontrará sérias dificuldades em explicar como é que o sentido, em todo o processo de significação, consegue alcançar o mesmo referente.

Os processos demasiadamente formais, de tanto procurarem abstrair-se do referente e da realidade concreta, tornam-se irreais: nem descrevem satisfatoriamente a unidade e, por outro lado, prestam-se à descrição não apenas de uma, mas de múltiplas. Mesmo as definições lógico-formais acabam sempre por tentar definir qualquer unidade através de um número determinado de características consideradas nucleares e vistas como necessariamente sempre presentes. Isto significa que tal metodologia enferma dos mesmos erros das teorias das condições necessárias e suficientes.

Podemos pegar na descrição semântica que P. Cadiot faz de *caixa* ("boîte")¹⁰, definição que Kleiber (1997:30) cita:

X contenir Y pour produire/fournir Z

O mesmo Kleiber (1997:31) defende que definições como esta não são verdadeiramente descrições semânticas, mas funcionais.

¹⁰ P. Cadiot, 1994, "Représentation d'objects et sémantique lexicale: Qu'est-ce qu'une boîte?", *French Language Studies*, 4, pp 1-23.

Além disso (não o diz Kleiber, mas pensamos nós), esta definição acaba por utilizar a base que critica, porque pretendendo fugir a uma Semântica coisificada se serve das mesmas palavras que se utilizam para referir as coisas: *conter*, *para produzir*, *para fornecer*. Não são estas palavras e estes sintagmas eminentemente referenciais de/das coisas?

É evidente também que uma definição lexical como esta cobre uma área muitíssimo mais vasta do que a de *boîte/caixa* (port.):

X	contenir	Y	pour produire/fournir	Z
pinha		pinhões		pinheiros
bomba		explosivos		explosão
garrafa		vinho		bebida
livro		letras		mensagens
folhas		clorofila		oxigénio
...	

E, inversamente, muitas caixas não podem ser englobadas mesmo nesta descrição tão genérica: há caixas pequeninas, feitas de ouro (que nem sequer podem ser abertas) que se destinam a ser utilizadas como amuletos; podemos imaginar uma caixa que não contém nada nem foi feita para conter nada: uma caixa enorme para ganhar o concurso da maior caixa do mundo...

4. Significado e função

Cadiot, num outro artigo posterior (Cadiot e Nemo 1997) reforça esta sua concepção da Semântica como essencialmente descritiva das relações funcionais que as palavras traduzem. Para ele, há dois tipos de propriedades a considerar em cada unidade: as intrínsecas (que caracterizam a unidade enquanto conjunto de características atribuídas como identificadoras) e as extrínsecas (não as características internas da unidade, mas as ligações funcionais e teleológicas que o referente suporta):

La signification lexicale est souvent conçue, au moins partiellement, en termes de description ou, dans notre terminologie, de propriétés intrinsèques (PI). Nous explorons ici l'hypothèse inverse que le mot (notamment le nom) renvoie directement aux types de relations, 1° que le locuteur entretient avec les référents variés que tel mot lui permet de construire, 2° que ces référents entretiennent avec leur environnement. C'est sans doute le sens même des noms qui doit être identifié avec ces rapports ou propriétés extrinsèques (PE). Du coup, les emplois

polysémiques, métonymiques ou métaphoriques sortent complètement de leur marginalité pour tendre à se confondre avec la signification lexicale elle-même, les usages dénominatifs masquant plutôt cette signification.(Cadiot e Nemo 1997: 127)

A significação lexical deve apoiar-se nas propriedades extrínsecas e não, como tradicionalmente tem feito, segundo Cadiot, nas propriedades intrínsecas:

Thèse 3: Toute sémantique lexicale se doit, dans son souci de rendre compte du sens des mots, de prendre acte du fait que les PI sont indépendantes des PE, ou au mieux étroitement dépendantes de ceux-ci. Le sens des mots se calcule de ce fait à partir des seules PE. A l'inverse, toute démarche qui consisterait à poser la question du sens des mots en termes de PI ne serait pas de la sémantique.

Ce qui intéresse la sémantique lexicale, ce n'est en effet pas la réponse à la question *qu'est-ce que c'est qu'un X?* qui appelle une réponse par les PI de l'objet désigné, mais d'identifier quelles sont les PE qui expliquent qu'un ensemble d'objets aux PI hétéroclites soient nommés de la même façon. Autrement dit, la fonction d'un mot observée à travers ses emplois, c'est de ménager un accès aux objets au travers du rapport qu'on entretient avec eux. C'est cet accès que nous tentons de formuler en termes de PE. (Cadiot e Nemo 1997: 129)

Segundo ele, não são as propriedades extrínsecas que decorrem das intrínsecas, mas o inverso: estas, as intrínsecas, é que são **deduzidas** daquelas (note-se, portanto, que a existência das propriedades intrínsecas não é real e directa, mas construída indirectamente):

C'est en effet une caractéristique définitoire des objets utilitaires que les propriétés intrinsèques se déduisent des propriétés extrinsèques. Il serait de ce fait particulièrement incorrect de considérer les PE comme des propriétés qu'il suffirait d'ajouter aux PI.

Or, à partir du moment où les PI se déduisent des PE, ils sont susceptibles de devenir à l'inverse de véritables **indices de destination** ou indices **téliques** ('conçu pour'). (Cadiot e Nemo 1997: 136)

A funcionalidade que atribuímos aos objectos não é cognitivamente posterior à própria noção que temos deles. Isto, segundo Cadiot, significa que, numa posição que ele mesmo qualifica de "radical", o sentido nada tem a ver com a categorização:

Comme nous l'avons vu, l'idée selon laquelle il y aurait des objets et ensuite des rapports à ces objets est une erreur fondamentale: il n'y a pas pour la langue d'abord un monde sans l'homme et ensuite un monde avec l'homme, et de ce fait les mots assument forcément d'emblée ce monde avec l'homme, la dynamique interne des mots ayant son origine comme nous avons pu le voir dans le 'avec'. Ce qu'une telle analyse implique ensuite — et en cela elle se présente comme une alternative à la théorie en vogue selon laquelle les mots seraient des catégories (cognitives) — c'est que **le sens des mots n'est pas un problème de catégorisation**. (Cadiot e Nemo 1997: 144)

O sentido das palavras, constituído apenas pelas propriedades extrínsecas é, portanto, indexado às relações funcionais que os referentes actualizam. Como diz, resume-se à forma como o objecto deve ser utilizado:

Loin de procéder par abstraction à partir d'une gestalt commune hypothétique, ou par relâchement à partir d'un prototype, l'emploi d'un mot a pour fonction d'indiquer comment l'objet doit être pris et/ou perçu. [...] Les PE, que nous avons présentées comme le seul objet légitime de la sémantique lexicale, ne sont pas au vrai des 'propriétés', mais une façon de détailler ce principe instructionnel. (Cadiot e Nemo 1997: 144-145)

Dizer que **tudo** aquilo que a Semântica tradicional considerava nuclear para a estruturação de um conceito (as propriedades intrínsecas) deve ficar **totalmente** fora da Semântica lexical é, com certeza, uma afirmação gratuita. Não olhemos muito tempo para o exagero que esta posição tão radical, como o próprio diz, tem e aproveitemos um aspecto que faz ressaltar: as propriedades "extrínsecas" (se assim se quiserem designar), constituídas pelas relações de funcionalidade que o referente de uma unidade possui, não podem ser postas da lado para a compreensão do sentido dessa unidade. Muitas vezes tem que se lhes atribuir um papel preponderante, não de características "apenas" importantes, mas mesmo prioritárias. Não é por acaso que quando se pergunta às crianças o que entendem por determinado objecto ou realidade, elas indicam, em primeiro lugar, as funções que associam a esse mesmo objecto ou realidade. À pergunta *O que é uma faca?* a resposta mais frequente é *uma coisa que serve para cortar*. É curioso verificar que mesmo conceitos sobre referentes que não costumámos definir pela sua funcionalidade, como *pai*, são descritos funcionalmente¹¹, o que revela como a

¹¹ Veja-se como na Revista *Pais e Filhos* (nº 86, Março de 1998: 36-37) algumas crianças respondem à pergunta "O que é o pai?": "O pai serve para tratar bem os filhos e para ir passear" (Bárbara, 5 anos); "O meu pai brinca comigo e joga 3 jogos: Dominó, o Relógio e outro já não me lembro." (Madalena, 3 anos); "Pai... O pai é para tratar os filhos." (Carolina, 5 anos); "O pai é para tomar conta dos filhos quando a mãe vai sair." (Maria, 5 anos); "O meu pai também serve para pôr a comida na mesa." (João, 5 anos); "Os pais

vertente funcional do referente é importante na estruturação do referido conceito cognitivo e, consequentemente, semântico.

Ao contrário do que diz Cadiot, esta valorização que se deve reconhecer à vertente funcional não vai nada contra conceber a categorização como o cerne do processo semântico. Antes pelo contrário: é através da categorização que nós sistematizamos os aspectos mais relevantes da funcionalidade de um referente e inserimos esses traços no processo semântico-cognitivo.

Para Kleiber, a relação entre o significado e função passa pela noção de *significado instrucional*. Segundo ele, não é sempre idêntica a faceta referencial no processo significativo. E, por isso, propõe dois tipos diferentes de significado:

L'hypothèse que nous suggérons est que le sens obéit à deux modèles référentiels différents: le modèle descriptif, celui qui indique quelles sont les conditions (nécessaires et suffisantes ou prototypiques) auxquelles doit satisfaire une entité pour pouvoir être désignée ainsi, et le modèle instructionnel, qui marque le moyen d'accéder au, ou de construire le référent. Le premier est prédicatif, le deuxième met en jeu des mécanismes dynamiques (déictiques, inférentiels), qui ne constituent pas des propriétés du référent, mais des balises plus ou moins rigides pour y arriver. (Kleiber 1997:32-33.)

Compreende-se que Kleiber faça notar que a relação sentido-referente não é sempre idêntica. Mas o que não é obrigatório concluir é que isso implique dois tipos diversos de processos significativos. Tal deve-se mais, a nosso ver, ao facto de a diferença estar nos próprios referentes. É sintomático que Kleiber atribua o sentido descritivo aos referentes do mundo físico codificados em lexemas ("*oie, chimpanzé, bicyclette, livre* et même *linguiste* (surtout sémanticien)) e reserve o sentido instrucional (*instructionnel*) para as unidades classificadas tradicionalmente como não lexemáticas. Por isso o qualifica de *instrucional*, na medida em que ele fornece instruções para o outro, o da referencialidade mais "directa".

Kleiber acaba por reconhecer que, por vezes, é difícil discernir qual dos sentidos é necessário utilizar para retratar uma unidade. E diz então que nestes casos dever-se-á falar de "sentido misto":

Il faut même, comme nous l'avons montré pour le pronom *il* et le démonstratif *celui-ci/là*, accepter qu'une même unité puisse présenter du sens mixte, relevant du statut descriptif et du statut instructionnel. (Kleiber 1997:33.)

também servem para comprar comida." (Pedro, 5 anos); "O pai serve para dar boa educação." (Clara, 5 anos); "O pai só serve para brincar." (Miguel, 5 anos); "Quando eu quero ver cassetes é o pai que põe as cassetes." (Rebeca, 3 anos).

Ao dizer que é difícil distinguir, em muitos casos, o sentido descritivo do instrucional, Kleiber está a admitir que eles se imbricam. E pode perguntar-se: quando há sentido misto, é metade descritivo e metade instrucional? Pode o descritivo dominar, havendo apenas uma, ou duas, particularidades instrucionais? E o inverso, também pode acontecer?

Isto prova, a nosso ver, que, afinal, é lícito conceber apenas uma forma de atribuir semanticidade a uma unidade, forma essa que pode ser entendida no âmbito do sentido descritivo que Kleiber fala. O sentido instrucional não será mais do que o sentido que **descreve** uma instrução. É que mesmo na descrição semântica de um lexema cujo referente seja um objecto físico do mundo real, muitas vezes, para o descrever, é mais importante a sua funcionalidade do que as suas características físicas, como já foi referido.

Pode dizer-se que o sentido instrucional não se circunscreve ao da funcionalidade. Admite-se. Mas as diferenças não são significativas. O sentido instrucional não será mais do que o sentido da funcionalidade das unidades de significação intra-gramatical, para utilizarmos uma divisão já clássica. Dizer que o significado de um pronome não pode ser apenas descritivo é verdade se, por objecto dessa descrição, só se admitir pedaços substantivos do mundo real, do género (para "cadeira", por exemplo) "com braços", "com encosto", etc. Mas se o objecto da descrição puder ser o "estatuto" que o pronome tem na língua, incluindo a forma como funciona, as realidades gramaticais e extra-gramaticais para que aponta, então não se vê a razão de o seu sentido não ser susceptível de descrição (descritível).

Assim, pensamos poder concluir-se que, em primeiro lugar, não se pode identificar "referente" com objecto físico. O referente é a realidade percebida pelos nossos mecanismos cognitivos. Se a fonte dessa realidade foi um objecto físico (*cadeira, livro*), uma sensação/emoção (*dor, alegria*) ou uma construção ou modelo mental (*gambozino, nosso, eu*,) pouco importa para o seu estatuto (mas não para a sua qualidade, obviamente) de referente.

Em segundo lugar, o sentido não é totalmente "construído", como defendem as teorias "construtivistas", em cada acto concreto de comunicação. Cada participante serve-se sempre de uma plataforma comum de entendimento que supõe partilhar com o outro, plataforma essa que se pode identificar com o sentido/ significado de comunidade, ou seja, com o sentido que o locutor pensa que a comunidade falante atribui à unidade X.

O processo significativo deve ser entendido como um processo de atribuição de referencialidade¹². O significado de {X} é tudo aquilo que atribuímos a {X} enquanto elemento destinado a referir a realidade. Neste sentido, é lícito dizer que o processo significativo de {X} equivale a um processo descritivo, na medida em que o significado de {X} é composto por uma série de associações que fazemos e que constituem a imagem mental (modelo) que temos do referente de {X}.

Ao dizer-se, no entanto, que o processo significativo é um processo descritivo não se deve entender como restringido apenas à descrição das particularidades físicas do referente. Até porque nem todos os referentes as têm, ou tendo-as, nem sempre são as mais nucleares. O modelo mental de {X} pode ser composto (e consequentemente "descrito" através do seu significado) por associações de tipo funcional (físico ou gramatical) que são atribuídas a {X}. Não existe, portanto, e dentro deste âmbito, necessidade de se postular que há dois tipos de significado — para além do "descritivo", o "instrucional". É que se queremos, como defende Kleiber citando um título de Siblot¹³, uma Linguística que não mais tenha medo do real, também não devemos ter medo de dizer que nem só o físico é real.

No entanto, a posição de Kleiber não deixa de ser útil ao acentuar a importância que as facetas funcionais e "instrucionais" possuem para a conceptualização/categorização que fazemos da realidade.

É um facto não apenas verificado na experiência, mas ainda, se tal fosse necessário, comprovado por todos os psicolinguistas, que as crianças, no início da linguagem, superestendem o significado das palavras. Isto é sinal evidente que os mecanismos de conceptualização que a criança utiliza formam grandes blocos de objectos que, segundo a própria criança, são variantes de uma noção centralizadora.

Poderá parecer mais "directo" dizer que tais objectos a que a criança superestende determinado conceito são variantes de um objecto que ela tem por protótipo, sendo tal semelhança essencialmente **visual**. Um exemplo da nossa própria experiência:

João, relativamente às palavras que designam frutos, começa naturalmente, no início, por aprender o nome da fruta que mais come: *banana* a que ele chama "*nana*". O segundo fruto com que mais tarde frequentemente contacta, até porque existe em árvores no sítio em que vive, é a laranja. Para a designar, ele mantém durante bastante tempo (mesmo depois de lhe terem ensinado a palavra adequada) o termo "*nana*". Aliás, nessa altura, qualquer fruto que lhe apresentassem, se fosse reconhecido

¹² Como Kleiber (1970) tende a identificar *referencialidade* com *objectualidade*, ele reserva a referencialidade do significado apenas para "uma série de expressões": "*pour toute une série d'expressions, ce sens est référentiel, c'est-à-dire conçu comme un ensemble de conditions d'applicabilité référentielle*" Kleiber (1970:34).

¹³ P. Siblot, 1990, "Une linguistique qui n'a plus peur du réel", *Cahiers de praxématique*, n° 15.

como fruto, era "*nana*". É neste sentido que se deve falar de superextensão de um conceito. Este conceito superextenso vai-se progressivamente repartindo e aproximando da organização proposta pela língua que a criança está a aprender. Assim, João depressa separa do seu conceito de "*nana*" as azeitonas, a que chama "*tuna*".

Houve, no entanto, uma "experiência" que fizemos com ele, que, à primeira vista, deu um resultado que não se esperaria. Quando chegou o tempo das cerejas, e aproveitando uma altura em que estava uma cesta delas junto ao João, pegámos nalgumas, quase pretas, tirámo-lhes o pedúnculo, pusemo-las na palma da mão e perguntámos: "O que é isto?" Esperávamos, sinceramente, que a criança respondesse "*tuna*", porque quer em tamanho, quer em cor (já que eram praticamente pretas), quer na forma, aquelas cerejas eram muito parecidas com azeitonas, muitíssimo mais do que com laranjas ou bananas. No entanto, para nossa surpresa, as cerejas foram chamadas "*nana*" !

Bem vistas as coisas, no entanto, há muitas e justificadas razões para as cerejas pertencerem ao grupo das bananas e laranjas e não ao das azeitonas. A nossa expectativa de resposta tinha, no entanto, o pré-conceito que a imagem puramente visual/fotográfica era a estruturadora primeira, básica, do conceito, o que parece não ser verdade. A conceptualização e a denominação são processos longos e nunca momentâneos (Slama-Cazacu 1984:9-17). Particularidades ligadas às relações «objecto/ contexto/ actividades vitais» detêm uma enorme importância na conceituação que fazemos da realidade. Assim, as azeitonas comem-se (normalmente) com a comida das refeições; as cerejas, como todos os frutos, a qualquer hora (fora das refeições "normais", como estava a acontecer naquele caso da "experiência"); as azeitonas aparecem na mesa em menor número/ quantidade do que as cerejas (uma taça de azeitonas, uma cesta de cerejas). Estas e outras particularidades que a Semântica estrutural menosprezou, têm de ser tidas em conta e em grau muito elevado, como nos ensinam as ciências cognitivas, na compreensão e descrição da actividade referenciadora e conceptualizadora das línguas.

5. Conclusão

Como aparece, atribuído a Saussure, no *Curso de Linguística Geral*, "é muitas vezes mais fácil descobrir uma verdade do que conceder-lhe o lugar que lhe compete" (1978:125). Dizer, como terá dito Saussure, que "o signo linguístico une não uma coisa e um nome mas um conceito e uma imagem acústica" (1978:122) é, basicamente, uma verdade. É tão verdade como dizer que uma ponte une as duas margens de um rio. Se só focarmos as margens, podemos ver a ponte desta forma. Mas se quisermos compreender a essência do sistema, temos que reparar que para o tabuleiro

da ponte existir tem que haver pilares, suportes, alicerces. A essência do signo também pode ser vista, do mesmo modo, como unindo o lado significante ao lado significado. O que não se pode fazer de conta é que esta união não tem nada a ver com as bases e os alicerces em que tudo assenta: a realidade modelizada pelas estruturas cognitivas dos falantes.

Um dos aspectos positivos da denominada Linguística Cognitiva terá sido exactamente o ter chamado a atenção para isto mesmo: o fenómeno linguístico não pode ser visto como totalmente alheio ao fenómeno da referencialidade. O significado não é o referente, mas em todo o processo os dois (através dos mecanismos linguístico-cognitivos do ser humano falante) mantêm constantes interacções. Por isso, talvez para as ciências da linguagem seja de alguma utilidade tentar cicatrizar a tesourada que Saussure deu ao laço que unia "a coisa e o nome".

CADIOT, Pierre, e NEMO, François,

1997, "Propriétés extrinsèques en sémantique lexicale" in *Journal of French Language Studies*, nº7, Cambridge University Press.

KLEIBER, Georges,

1997, "Sens, référence et existence: que faire de l'extra-linguistique?", in *Langages* 127, Set.97, Larousse.

MACLAURY, Robert E.,

1995a, "Linguistic and anthropological approaches to cognition", in TAYLOR, John R. e MACLAURY, Robert E., (Edits), *Language and the Cognitive Construal or the World*, Mouton de Gruyter, Berlin-New York.

1995b, "Vantage theory", in TAYLOR, John R. e MACLAURY, Robert E., (Edits), *Language and the Cognitive Construal or the World*, Mouton de Gruyter, Berlin-New York.

1997, "Skewing and darkening: dynamics of the cool category", in HARDIN, C. L., MAFFI, Luisa, (Edits), *Color categories in thought and language*, Cambridge University Press.

SAUSSURE, Ferdinand de,

1978, *Curso de Linguística Geral*, Dom Quixote, Lisboa.

TEIXEIRA, José,

1992, "O carácter não-axiomático das antinomias saussureanas", in *Diacrítica*, nº7 (1992), 295-312.